



Avaliação do Telejornal Jornal Visual, da TV Brasil

Seu formato e estrutura diferenciados contribuem com a inclusão dos deficientes auditivos ou aumentam sua exclusão?¹

Roberta BRAGA²

Iluska COUTINHO³

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo:

A proposta é analisar, a partir dos recortes do mês de agosto, o Jornal Visual, da TV Brasil. A análise visa entender como esse telejornal é produzido e o que ele oferece a seu público, que são principalmente os deficientes auditivos. Propõe-se também avaliar se o telejornal, sendo muito específico, inclui esse deficiente na sociedade ou se, pelo mesmo motivo, acaba por contribuir ainda mais com sua discriminação.

Palavras-chave:

Telejornalismo; inclusão; qualidade

Este trabalho, tem como objetivo analisar o Jornal Visual, da TV Brasil, quanto à eficiência de seu formato. Pretende-se saber se ele é adequado para informar aqueles que têm neste telejornal a única fonte de informação. A análise também tem como variáveis os conteúdos veiculados pelo Jornal Visual, bem como a forma com que estes são abordados.

Os resultados de pesquisa apresentados nesse texto tomam como recorte empírico e temporal, edições do telejornal veiculadas ao longo de um mês, de 03 a 31 de agosto. A cada dia de veiculação analisado, foi feito um relatório que discrimina os aspectos do telejornal, tanto em formato quanto em conteúdo.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011

² Estudante de Graduação. 5º período do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. pb.braga@hotmail.com

³ Jornalista, doutora em Comunicação (Umesp), com estágio doutoral na Columbia University. Professora do departamento de Jornalismo e do PPGCOM da UFJF, desenvolve pesquisa sobre Telejornalismo e Público, com financiamento do CNPq. iluska@uol.com.br



Para o desenvolvimento e conclusão do artigo, esse material foi reunido e interpretado, unido aos conceitos do que é e a que se propõe uma TV pública, o que deve conter um telejornal de qualidade e qual a possibilidade de apreensão do outro no jornalismo.

1. O JORNAL VISUAL

O Jornal Visual é um telejornal exibido de segunda a sexta-feira pela TV Brasil, direcionado principalmente aos deficientes auditivos. Com tradução simultânea para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) tanto na apresentação quanto nas matérias, o telejornal trata de diversos temas de maneira mais didática que os noticiários convencionais. Sua apresentação é feita pelo jornalista David Tapajós e pela tradutora de libras Cláudia Jacob. As matérias veiculadas são, na grande maioria das vezes, reaproveitadas dos outros telejornais da emissora, o Repórter Brasil manhã e o Repórter Brasil noite, e reeditadas. Essa falta de produção própria faz com que as matérias do Jornal visual sejam frias em sua quase totalidade.

O objetivo deste telejornal, segundo o próprio site do programa, é levar informação à comunidade dos surdos, com reportagens sobre inclusão destas pessoas, assuntos de seu universo e notícias principais do Brasil e do mundo traduzidos para libras.

2. A TV PÚBLICA

Para se entender bem como é feito o Jornal Visual, é preciso que antes, se compreenda a emissora em que ele é veiculado, a TV Brasil e para isso, faz-se necessário a compreensão do que vem a ser uma TV pública.

Uma das propostas de uma TV pública é a inclusão, trabalhando com a diversidade e assim, sendo um diferencial àqueles que não tem lugar nas grandes redes comerciais. Essa diferenciação é viabilizada por sua maior independência editorial. A TV privada não tem essa independência, uma vez que se vê obrigada a expressar o ponto de vista de seus proprietários.

O termo público permite várias acepções. Para o sentido aqui adotado, podemos dizer que é tudo a que todos têm acesso, que pode ser visto ou ouvido sem restrição desta ou daquela parcela da sociedade, sem distinção de cor ou classe social. Como



serviço público, entende-se aquele que tem o Estado como responsável direto por sua prestação e desta forma, não está à mercê da arbitrariedade do mercado. Um serviço público deve ser universal. O serviço tem que ser para todos e acima de tudo deve ter qualidade.

A TV pública, portanto, não se baseia em valores ou imposições de mercado. Seu responsável é o Estado e assim, ela deve garantir um acesso igualitário a todos, tanto em termos de veiculação quanto em termos de conteúdo, sem por isso atender aos interesses do governo. Uma TV pública não deve privilegiar certos assuntos, regiões ou pontos de vista em detrimento do interesse público. Desta forma, ela deve oferecer ao seu telespectador uma programação diferenciada daquela oferecida pela TV privada. Em seu conteúdo, devem estar incluídos programas que visem à difusão cultural e à formação da cidadania.

Neste sentido, basicamente, o que diferencia uma TV pública de uma TV privada é a quem elas respondem. Enquanto a primeira está vinculada ao Estado, a segunda é financiada por terceiros, que exigem seus interesses explicitados na programação. A partir daí, outras diferenças vão surgindo, como qualidade, abrangência, inclusão e identificação.

No que se refere à qualidade, não se pode dizer que esta ou aquela emissora é melhor por ser pública ou privada, mas existem tendências. Quando uma TV é movida pelo patrocínio de empresas particulares que têm como finalidade o lucro financeiro, sua qualidade pode ficar comprometida uma vez que os interesses de terceiros ficam à frente do compromisso com o público. Por outro lado, sem os recursos de tais investidores, as TVs públicas podem ficar impossibilitadas financeiramente de passar ao público uma programação de qualidade.

As questões de abrangência, inclusão e identificação estão bem próximas. Enquanto uma TV pública tem o compromisso de ser igualmente para todos, gerando maior inclusão e conseqüente ampliando a possibilidade de identificação do público, a privada pode privilegiar os locais e/ou temáticas onde o lucro é maior, excluindo boa parte da população da possibilidade de representação nessa mídia audiovisual.

Vale ressaltar que estas diferenciações, apesar de observadas com frequência, não se constituem em regras imutáveis ou padrões isentos de sofrer alterações de acordo com experiências vivenciadas, como no caso da TV Brasil, emissora em foco nesse artigo.



3. A TV BRASIL

A TV Brasil é composta por quatro canais federais⁴ e gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que foi criada para “suprir uma lacuna no sistema brasileiro de radiodifusão com o objetivo de implantar e gerir os canais públicos, aqueles que, por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais” (<http://www.ebc.com.br>).

Tendo iniciado suas transmissões em 2 de dezembro de 2007, a TV Brasil possui atualmente quatro telejornais diários: o “Repórter Brasil” - manhã, o “Repórter Brasil” - noite, o “Repórter Rio” e o “Jornal Visual”. A produção pertencente à categoria informação na TV Brasil ocupa em média 17,5% da grade da programação veiculada de segunda a sexta-feira. A chamada “faixa de reflexão” é constituída por conteúdos próprios e co-produções, veiculados no período da tarde e noite e apresenta programas de diferentes gêneros, como debate, entrevista e reportagem.

A TV Brasil tem a pretensão de ser um diferencial no que se refere à centralização das notícias, mostrando vários Brasis e dando voz para os que não a possuem na TV comercial.

Em sua carta de princípios, a emissora apresenta a busca por oferecer ao telespectador uma programação diferenciada, de forma a complementar e ampliar a oferta de conteúdos, jornalísticos inclusive, representando uma promessa da realização de um novo modelo de telejornalismo. Ainda nesta carta, o jornalismo da TV Brasil define-se como empenhado em oferecer informação completa e objetiva, desprovida de opinião, capaz de fornecer elementos para que o cidadão tire suas próprias conclusões. A TV também assume o compromisso de buscar a participação da própria sociedade para a construção de pautas a da agenda jornalística, por meio da colaboração do cidadão comum, de entidades representativas e de movimentos sociais.

4. O QUE SERIA UM JORNALISMO DE QUALIDADE

Para analisar e julgar qualquer material jornalístico, é necessário ter um parâmetro de avaliação. Dessa forma, primeiro a proposta é estabelecer o que seria, em

⁴A EBC foi criada para gerir os canais federais que compõem a TV Brasil. Esses canais são: Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil Internacional e Rádios MEC AM e FM



tese, um jornalismo de qualidade para depois compreender se o Jornal Visual possui ou não tais características. Para analisá-lo quanto ao seu caráter informativo, não será levado em conta o fato de ser voltado para deficientes visuais, pois acredita-se que qualquer comunidade tenha os mesmos direitos de informação de qualidade.

Um bom jornalismo deve, acima de tudo, ser o mais objetivo possível. É dever do jornalista informar o cidadão da melhor forma que puder, sem esconder nem acrescentar informações.

O jornalismo também tem o dever de contribuir para a construção da cidadania e democracia, uma vez que ele tem o poder de fornecer aos cidadãos informações de que necessitam para entender e agir a respeito de tudo que acontece no cenário político e social. Assim, o jornalista deve estar atento e escolher com cautela, dentre tantos fatos que acontecem diariamente, aquilo que as pessoas necessitam saber para lutar por sua liberdade. Essa escolha tem que ser verdadeiramente sincera, sem subordinações, protecionismos nem politicagem.

Consta do artigo 2º do capítulo I do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que “como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse”(2010, p.01). Vale aqui, ressaltar que para além da função de informar, o jornalista deve checar se a informação é confiável e ordená-la de forma que o receptor possa entendê-la.

Para ser considerado de qualidade, o jornalismo deve também, primar pelo que chamamos de interesse público, que é o que interessa às pessoas como um todo, não restringindo esta ou aquela parcela da sociedade.

De acordo com Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003, p.48)

Um jornalismo que se concentra na elite especializada - os interesses especiais- pode ser em parte responsável pela desilusão pública. Esse tipo de imprensa não reflete o mundo no qual vive a maioria das pessoas. A cobertura política preocupada com aspectos táticos e dirigida aos fanáticos do assunto não cumpre uma das responsabilidades do jornalismo. Na verdade, um jornalismo no qual cada matéria é dirigida ao maior público possível deixa fora grande parte dos leitores.

Portanto, definiremos aqui, que um bom jornalismo deve fomentar a liberdade, funcionar como porta-voz da população, contribuir para a construção da democracia, ser feito em conjunto com a sociedade em que está inserido, ter uma função social e não



privar seu público de informações que sejam de interesse público, zelando sempre imparcialidade e confiabilidade da informação.

O Jornal Visual tem a proposta de ser um telejornal que atenda a comunidade surda. Independentemente do veículo, o jornalismo deve seguir o mesmo critério de qualidade, mas sempre existem características específicas. O telejornalismo, por ser na grande maioria das vezes comercial, tende a ser superficial, veiculando mais notícias de interesse do público que de interesse público. Isso significa que ele mostra aquilo que o povo quer ver, que é o que mais vende, e muitas vezes deixa de lado aquilo que o povo precisa ver. Sendo um programa integrante da grade de programação de uma TV pública, o Jornal Visual tem, neste sentido, a chance de quebrar com essa superficialidade.

5.O QUE SE VÊ NO JORNAL VISUAL

Na análise realizada no mês de agosto, foi possível perceber que praticamente todas as matérias veiculadas pelo jornal Visual são “frias”, ou seja, são referentes a assuntos que podem ser ditos em qualquer momento, não têm a necessidade de instantaneidade. Esse fato pode ser encarado como um ponto negativo do telejornal. Privando seus telespectadores de notícias novas e factuais, o Jornal Visual não está oferecendo a eles aquilo a que eles têm direito: a informação atualizada. Se, como já disse anteriormente, o telejornal tem como pretensão informar à comunidade dos surdos aquilo de mais importante que aconteceu no Brasil e no mundo, notícias “quentes”, factuais, deveriam obrigatoriamente entrar em sua pauta diária.

Quanto à seleção temática e editorial, a maioria do conteúdo do programa refere-se à cultura, o que vem reforçar seu caráter não factual. Política e economia aparecem muito pouco, assim como matérias de segurança pública e justiça. Por se destinar majoritariamente a um público com deficiência auditiva, a editoria de saúde também aparece com certa frequência, funcionando, pode-se dizer, com um viés de serviço a esse público e também como uma forma dele se sentir incluído, ao mostrar realidades de outros grupos, com outras deficiências ou doenças. É o caso, por exemplo, da matéria veiculada no dia 9 de agosto, que mostra como o guaraná pode ajudar as pessoas que fazem quimioterapia.

Ainda com relação a esse caráter de inclusão, o Jornal Visual tem uma característica própria: na editoria de esportes, sempre se noticiam matérias referentes



aos esportes paraolímpicos. Geralmente, estes ganham um espaço especial denominado “notícias paraolímpicas”, com comentário em estúdio. Essa iniciativa deveria ser seguida por outros telejornais e outras emissoras, pois estes esportes são praticamente esquecidos pela grande mídia.

Quantos às vozes, ou seja, quem aparece no Jornal Visual, foi possível perceber no recorte de tempo analisado a participação maciça de *experts*, especialistas que surgem na narrativa audiovisual para tratar o assunto abordado de forma técnica, mais aprofundada. Quantitativamente, a presença de populares é maior, mas não sua participação efetiva.

Essa diferenciação se dá porque, apesar de muitos populares serem fonte nas matérias veiculadas, na maioria das vezes eles são usados como personagens para ilustrar uma reportagem e seus relatos não funcionam como “formadores de opinião”, não acrescentam um dado novo. Já a fonte identificada como *expert*, aparece com maior credibilidade, suas declarações são mostradas de forma a confirmar uma tese ou hipótese.

Apesar da significativa presença de especialistas, as matérias que aparecem no Jornal Visual não tem muita profundidade; são narrativas simples, básicas e muitas vezes, superficiais. Elas não permitem ao telespectador um conhecimento maior sobre o assunto que está sendo abordado. Essa superficialidade poderia ser justificada em função do tamanho do telejornal. São 10 minutos diários, um tempo reduzido para veicular grandes reportagens. A necessidade de tradução para libras também é um agravante, uma vez que uma matéria longa requer mais tempo para ser traduzida.

Com todas essas características de um telejornal que é feito especificamente para um determinado grupo e com determinada finalidade, fica claro que o Jornal Visual não é um noticiário comum, ou seja, o jornalismo nele produzido merece uma classificação especial, que melhor o identifique.

São muitas as possibilidades, cada tipo de jornalismo tem uma característica que poderia se encaixar aqui e nenhuma, no entanto, se encaixa perfeitamente. Ainda assim, insisto em encontrar um local mais adequado, que não seja o lugar dos telejornais comum para realizar uma avaliação mais adequada do produto jornalístico Jornal Visual.

Dentre as possibilidades, a que julgaria mais adequada seria classificar o Jornal Visual como Comunicação Comunitária, pois é feita para um grupo específico, a



comunidade dos surdos. Porém, a Comunicação Comunitária é feita não somente para a comunidade como também pela comunidade.

Há mais o que diferenciar entre as formas de comunicação ditas populares ou comunitárias que são dirigidas ao “povo” por intermédio dos meios de comunicação comerciais – ditas populares - e aquelas protagonizadas por cidadãos ou movimentos e entidades associativas de interesse público, do que entre comunicação popular e comunitária. As primeiras, apesar de desenvolverem dimensões que podem ser comunitárias ou populares, nem sempre visam a emancipação cidadã, nem modificam a lógica de manipulação característica da grande mídia comercial, ressaltando algumas exceções. (PERUZZO, 2009, p.55).

Assim, reforço que, se o jornal Visual não possui todas as características de um jornal comunitário, também possui algumas que não o deixam ser apenas mais um telejornal.

6. O JORNAL VISUAL E A APREENSÃO DO OUTRO

O Jornalismo pode ser visto como importante mecanismo dentro do sistema democrático. Dessa forma, ele deve atingir de maneira igualitária e proporcional todos os seus consumidores. Não apenas falar a todos, mas de certa forma, também falar de todos.

Para atender às necessidades já citadas anteriormente como interesse público e democracia, o jornalismo deve ser plural e para tanto, incorporar o Outro. Aqui, entende-se por Outro aqueles com quem a mídia estabelece distância relativa, aqueles que, quando são abordados, aparecem sempre como os diferentes, marginalizados e exóticos.

Os jornalistas não veem os Outros como iguais, sempre reservam um lugar especial para encaixá-los em suas matérias e reportagens.

Entendo que a perspectiva é dificultada pela própria característica do agente jornalista, formado prioritariamente junto às camadas médias e altas da população, carregando esse *habitus* de classe e as predisposições a ele inerentes, além da formação junto a um campo que, estruturalmente, afasta e desqualifica a alteridade. (LAGO, 2009,p.5-6).

No Jornal Visual, essa “exclusão” ou inclusão inapropriada do Outro pode ser encarada sob duas perspectivas. Primeiramente, pode-se dizer que o telejornal não exclui o Outro, que no caso é o deficiente visual, dando a ele um espaço que não



encontra na grande mídia. No *Jornal Visual*, nas matérias que abordam não apenas os surdos como também outros deficientes, estes aparecem inseridos em uma comunidade e não como os diferentes. Nos demais telejornais, sempre que aparece um deficiente, é para falar de suas dificuldades, de como o governo os exclui, enfim, para colocá-los em um local marginalizado. No *Jornal Visual*, estes deficientes também aparecem em matérias de cultura, lazer, educação e outras editoriais, junto a outros populares, inserido na sociedade como um todo e não em locais pré-definidos.

Mas toda essa preocupação em incluir o deficiente auditivo tem um outro lado. Será que fazer um telejornal específico para esta parcela da população não os coloca ainda mais como marginalizados? Essa pergunta não pode ser respondida facilmente, sem muita pesquisa, incluindo eventualmente a investigação da recepção. Na verdade, sua colocação em um primeiro momento pode se aproximar quase de uma pergunta ou questão retórica, cuja resposta depende daquilo que cada um acredita. O *Jornal Visual* é uma referência para a comunidade surda. Eles aprovam a iniciativa e isso já é motivo suficiente para ela ser considerada positiva. (<http://maosemovimento.blogspot.com>)

Questionamentos parecidos com estes, e também sem respostas definidas são comuns na sociedade. Há sempre dois lados. Há quem entenda, por exemplo, que clubes específicos para homossexuais seja uma forma de discriminá-los e outros que pensem o contrário.

O caso do *Jornal Visual* esbarra em um velho confronto ainda não resolvido: jornalismo versus antropologia.

A Antropologia apegase profundamente à observação, mas também ao discurso; o Jornalismo constrói suas narrativas tomando como base principalmente o discurso tecido pelos envolvidos, mas também observa. Ambos interferem nas relações que retratam, mas enquanto a Antropologia atualmente identifica como fator determinante de seu trabalho a subjetividade oriunda das relações do confronto/encontro, o Jornalismo apegase à noção de que há uma objetividade possível no relacionamento com suas fontes (LAGO, 2009,p.10-11).

É incontestável que o *Jornal Visual* consegue, dentro de sua proposta, apreender o Outro como nenhum outro telejornal faz. A própria intenção de produzir uma mensagem audiovisual que pretende incluir estes deficientes já demonstra uma relação de alteridade com a maioria dos produtos jornalísticos. Por mais que o noticiário não seja diretamente feito por pessoas dessa comunidade, elas são ouvidas e suas ideias, dúvidas e opiniões têm muito mais valor que em qualquer outro lugar da grande mídia.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar o conteúdo do Jornal Visual, sua vozes, editorias e formatos, compreendeu-se que ele leva à comunidade surda uma informação incompleta, ou seja, ele não deixa de informá-los, mas não o faz, ainda, de forma plenamente eficaz. Aqueles que têm nesse telejornal a única fonte de informação, podem ficar alienados de muita coisa importante. Questões como: os rumos da economia do país, bem como sua política e os acontecimentos mais recentes, tudo isso fica de fora.

Deste modo, o Jornal Visual serve mais como info-entretenimento para o deficiente do que como fonte de informação. Nele, os surdos podem se ver, se sentir incluídos na sociedade. Têm dicas de saúde, esportes especializado, lazer e qualidade de vida. Em todas edições o Jornal Visual exhibe dois quadros que reforçam esse caráter: o “Ensinando Libras”, que a cada dia ensina algumas palavras ou expressões diferentes na língua de sinais, e o “Internet e Tecnologia”, no qual um portador de Síndrome de Dawn aborda assuntos diferentes referentes a comportamento, tais como ética, respeito e compaixão.

Para melhorar a qualidade da informação oferecida nesse telejornal, a primeira medida a ser tomada deveria ser aumentar sua duração. Nenhum noticiário, seja ele como for, consegue ter qualidade de informação com apenas 10 minutos diários. Deveria também haver uma equipe para produção específica do Jornal Visual responsável por apurar fatos e fazer reportagens, assim haveria mais tempo de noticiar coisas atuais, o que não acontece sendo todas as notícias reaproveitadas de outros telejornais.

Mesmo não sendo cem por cento eficaz, o Jornal Visual é muito válido e útil para os deficientes. A tentativa de incluir qualquer que seja a parcela da sociedade geralmente excluída tem seu mérito. Para avaliar de forma mais científica se essa inclusão realmente acontece, se faz necessário avançar na pesquisa. Nesse momento da investigação, que oferece suporte ao artigo, é possível dizer que o telejornal tem suas limitações, inclusive por escassez de recursos. No quesito jornalismo de qualidade, deixa de fora muitos dos pontos fundamentais anteriormente citados.

Ainda assim, o Jornal Visual é um programa de jornalismo audiovisual onde o deficiente auditivo tem algum tipo de informação de forma mais interativa, que não seja apenas por jornais, revistas e internet. Há ainda muito que melhorar, mas a busca pela inclusão do Outro parece ser o caminho certo.



Referências Bibliográficas

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Disponível em <http://www.fenaj.org.br> Acesso em 30 de setembro de 2010.

COUTINHO, Iluska. **Algumas reflexões sobre as características do telejornalismo e os limites da TV como meio de informação.** Artigo apresentado no I Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/t026.doc> Acesso em: 01 de outubro de 2010.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em TV.** Tese de doutorado (Umesp). São Bernardo do Campo, SP, 2003.

CRUZ, Maurício Stunitz. Público e Privado: **O surgimento e a evolução dos conceitos.** Disponível em: <http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/1994/bb36/publico.htm>. Acesso em: 30/09/2010.

GOMES, Itania. **Telejornalismo de qualidade. Pressupostos teórico-metodológicos para análise.** Bauru, UNESP, 2006. Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XV Encontro da Compós. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/estudos2006.htm>. Acesso em: 28/09/2010.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGO, Cláudia. **Ensinos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo.** Compós, 2009

PERUZZO, Cicilia. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** In: ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009

RAMOS, Murilo César. **Televisão no Brasil é Serviço Público?** Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1294959-EI6794,00.html>. Acesso em: 30 de setembro de 2010;

BLOG MÃOS EM MOVIMENTO. Disponível em <http://maosemovimento.blogspot.com>. Acesso em 30 de setembro de 2010.

EBC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

JORNAL VISUAL. Edições: 03 de agosto de 2010 a 31 de agosto de 2010. (DVD)

TV Brasil. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.